

Brasília, 6 de maio de 2015.

MIRIAM BELCHIOR
Presidente da Caixa Econômica Federal

Senhora presidente,

Gostaríamos, primeiramente, de cumprimentá-la pela posse na Presidência da Caixa Econômica Federal. E de desejar ótima sorte no comando do maior banco 100% público do Brasil, que tem sido, ao longo dos anos, de fundamental importância para o nosso desenvolvimento econômico e social. Foi uma grande vitória para os brasileiros a decisão do governo de não abrir o capital da Caixa, anunciada recentemente.

Aproveitando a disposição da direção da empresa em dialogar com empregados e entidades representativas, demonstrada nesta reunião na data de hoje, apresentamos alguns temas que precisam ser tratados com mais atenção. É preciso recordar que foi a partir de 2003 que a categoria bancária, em especial os trabalhadores da Caixa, tiveram conquistas mais significativas. Um dos principais motivos é a negociação em mesa única, que fortalece as relações e tem colocado a Caixa como protagonista no processo.

Antes de 2003, enfrentamos anos de arrocho e injustiças, em que as lutas tinham por objetivo apenas manter direitos. Durante o segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, não havia negociação, e os sindicatos filiados à CUT, que representam a grande maioria dos empregados, não assinávamos acordos coletivos que registraram retrocessos nas relações de trabalho. O período foi marcado pela tentativa de desmonte da Caixa, que seria o passo inicial para a privatização. Graças à pressão, não permitimos esse absurdo. Acreditamos que em sua gestão à frente do banco não haverá espaço para retrocessos.

Uma das principais demandas diz respeito à mesa de negociações permanentes, espaço que tem sido indispensável na busca de melhorias para os empregados da Caixa. No entanto, é essencial que a comissão que representa a empresa nas reuniões tenha mais autonomia. Só assim será possível dar respostas mais ágeis para as reivindicações dos empregados, tornando o processo mais confiável e menos desgastante.

Também é urgente acabar com o programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), que está sendo implantado de forma unilateral pela Caixa desde o ano passado. O mecanismo afronta todos os princípios coletivos da relação de trabalho, pois cria um contrato individual de trabalho, institucionaliza a cobrança de metas individuais, rotula os empregados, acirra a competitividade nos locais de trabalho, favorecendo o assédio moral e o adoecimento, duas mazelas que devem ser diariamente combatidas.

A melhoria das condições de trabalho é outra demanda importante. Aliás, uma reivindicação constante. Apesar de alguns avanços nos últimos anos, a realidade ainda é preocupante nas unidades da Caixa. Faltam empregados, o que sobrecarrega os atuais trabalhadores, que ainda enfrentam dificuldades para receber horas extras e salários de substituição de colegas. Há alguns dias, o banco anunciou medidas como o cerceamento nesses dois mecanismos, alegando a redução de custos. Se faz necessário ainda acelerar o ritmo das contratações, especialmente no momento em que milhares de empregados estão deixando a empresa por meio do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA).

A Caixa é patrocinadora dos planos de benefícios da Funcef. Isso torna ainda mais importante a solução do contencioso judicial da entidade. Afinal, ele decorre de ações trabalhistas contra o banco - em especial dada a desastrosa e irresponsável política de gestão de pessoas do segundo mandato de FHC - mas que acabam envolvendo o fundo de pensão. Isso tem causado custos elevados e onerado planos de benefícios. Em 2014, a Fundação foi obrigada a provisionar R\$ 1,4 bilhão para possíveis perdas na Justiça.

Ainda em relação ao contencioso judicial da Funcef, o ano passado fechou com mais 13.810 ações. Os principais objetos mostram que essa não é uma responsabilidade da Fundação: CTVA (25%), auxílio alimentação (20%), cesta alimentação (16%), horas extras (16%), abono (13%) e isonomia/promoções (10%). No momento atual, em que participantes estão preocupados com déficit e contribuições extraordinárias, essa é uma questão que precisa ser resolvida. As entidades representativas reiteram a disposição de negociar, posição que é histórica e conhecida pela Caixa e pelo fundo de pensão.

Outra pauta a ser destacada é a isonomia de direitos entre todos os empregados da Caixa. A distinção entre novos e antigos trabalhadores começou em 1998, quando os as contratações ocorreram com direitos rebaixados. Vale lembrar novamente que essa foi a estratégia do então presidente Fernando Henrique Cardoso: enfraquecer a Caixa e seus empregados, para privatizar a instituição. A partir de 2003, alguns direitos foram reconquistados. Hoje, entidades e empregados lutam pela volta da licença-prêmio de 18 dias por ano e do ATS/anuênio, um adicional de 1% do salário a cada ano de serviço.

Igualmente histórica é a luta pela extensão do Saúde Caixa aos empregados que se aposentaram por meio dos Programas de Demissão Voluntária realizados em 1996, 2000 e 2001. Naquele sombrio período para o país e para a Caixa, trabalhadores foram “convidados” a buscar o mundo maravilhoso do PSDB/FHC fora do banco. A RH 008, que permitia a demissão sem justa causa, foi usada como instrumento de chantagem. Ou seja, quem não aderisse ao PADV seria dispensado. Aliás, a revogação da normativa foi a primeira medida da nova gestão, em 2003. O debate sobre a isonomia já havia sido encerrado pela Caixa, mas foi retomado na campanha salarial de 2014. Entendemos que a solução não é fácil, mas estudos têm sido feitos no sentido de apontar caminhos.

A Caixa Econômica Federal é hoje um dos maiores bancos do país. O maior 100% público. Sem deixar de lado o importante e histórico papel social, continua avançando no mercado, o que tem incomodado o setor privado. E tudo isso graças principalmente



à valorosa contribuição dos seus empregados. O reconhecimento desses trabalhadores avançou nos últimos 12 anos. Mas ainda há muito para reparar e avançar.

Nesse sentido, a expectativa é de que essas e outras reivindicações da categoria sejam analisadas com a atenção que merecem. Despedimo-nos com cordiais saudações e reforçamos a disposição constante de negociar das entidades representativas.

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Contraf - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

CEE/Caixa - Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal

Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Sindicato dos Bancários de Brasília

Conselheiros eleitos pelos empregados para o CA da Caixa